

Keynes e a Nova Jerusalém: o hiato entre o Brasil e a sociedade ideal¹

Diuary de Mélo Santos²

Karla Vanessa Batista da Silva Leite³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as características da sociedade idealizada por Keynes para evidenciar, a partir da análise dos indicadores socioeconômicos, o quão distante o Brasil se encontra distante desse ideal de desenvolvimento econômico, especialmente no período 2015-2022, quando se verificou uma mudança na orientação da política econômica. Metodologicamente, a pesquisa se caracterizou como uma revisão bibliográfica, bem como uma análise descritiva de dados selecionados. Assim sendo, foi apresentada a visão de Keynes sobre desenvolvimento econômico e suas discussões sobre quais seriam as características essenciais da sociedade que ele denominou de “nova Jerusalém”. Em seguida, considerando essas características, foram apresentados indicadores socioeconômicos da economia brasileira. A análise dos dados sugere que o reforço da agenda neoliberal, entre 2015 e 2022, colocou o Brasil em uma posição ainda mais distante da utopia de Keynes para as sociedades capitalistas.

Palavras-chave: Keynes. Desenvolvimento econômico. Brasil.

1. Introdução

Ao longo de sua vida, John Maynard Keynes escreveu diversos textos importantes, entre livros, artigos acadêmicos e panfletos. Em alguns dos seus escritos, Keynes teorizou sobre uma sociedade ideal que chamou de Nova Jerusalém.

Keynes chamou sua sociedade de uma “verdadeira república social”, “república ideal”, “socialismo liberal”, “verdadeiro socialismo do futuro”, “peculiar socialismo britânico”, “Nova Jerusalém” ou talvez algum outro rótulo (SICSÚ, 2021, p. 451).

Nessa sociedade utópica, a jornada de trabalho seria reduzida, os cidadãos teriam suas necessidades básicas atendidas, o “amor pelo dinheiro”, embora ainda existisse, desapareceria e as pessoas passariam a se dedicar a atividades não econômicas. Nesse estágio do desenvolvimento, o problema econômico teria desaparecido.

Nesse sentido, o presente artigo busca identificar e explicar a distância entre a sociedade idealizada por Keynes e o Brasil contemporâneo, especialmente entre 2015-22,

¹Trabalho escrito no âmbito da atuação no Programa de Educação Tutorial - PET, do curso de Ciências econômicas da Universidade Federal de Campina Grande, no ano de 2024.

²Graduando em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do PET-Economia. E-mail: diuarycg@gmail.com

³Professora Associada da Unidade Acadêmica de Economia e Finanças da Universidade Federal de Campina Grande (UAEF/UFCG). E-mail: karla.vanessa@professor.ufcg.edu.br

inserido em um contexto de reforço da agenda neoliberal que culminou, produziu, entre outras coisas, um aumento na vulnerabilidade social. Para tanto, faz-se necessário compreender a visão de mundo esboçada por Keynes, entendendo desse modo a filosofia que permeia sua teoria econômica⁴. Para caracterizar essa sociedade ideal, será utilizado o artigo escrito por Ferrari Filho, Fábio Terra e Pedro Fonseca (2012), no qual é possível encontrar uma sistematização da ideia de desenvolvimento econômico em Keynes, a partir de artigos e ensaios elaborados pelo autor. Essa definição será adotada no artigo como parâmetro de desenvolvimento econômico.

Para completar o estudo será estudada a conjuntura econômica do Brasil, explorando as mudanças de orientação na política econômica para uma agenda neoliberal que não converge com as ideias elaboradas por Keynes, e além disso, busca-se definir parâmetros da atual qualidade de vida com variáveis que nortearão a noção do atual estado de desenvolvimento econômico, por fim será identificado se os brasileiros possuem acesso às condições de dignidade básica como almejava Keynes em sua utopia ou se a população permanece em uma situação de vulnerabilidade social (Furno e Rossi, 2023).

Metodologicamente, o presente trabalho se constitui em uma revisão bibliográfica dos materiais desenvolvidos por Keynes e pós-keynesianos. Além disso será realizada a coleta e análise de dados selecionados para, com isso, relacionar os conceitos teóricos com os indicadores socioeconômicos disponíveis para o Brasil e que conversam com as características da sociedade denominada de Nova Jerusalém. Nesse sentido, as variáveis utilizadas serão: Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desemprego, insegurança alimentar, e Índice de Gini.

Por fim, para cumprir o objetivo proposto, o artigo se encontra estruturado em mais 4 seções, além dessa introdução. Na seção 2, será apresentada a filosofia social de Keynes que define as características da sua sociedade ideal e visão de mundo. Na seção 3, será apresentado o conceito qualitativo de desenvolvimento econômico para Keynes, com base no artigo de Ferrari Filho, Fábio Terra e Pedro Fonseca (2012). Na seção 4, serão apresentados os dados para a economia brasileira, buscando identificar o quão longe o Brasil se encontra da Nova Jerusalém de Keynes. A seção 5 sumaria e conclui o artigo.

2. Visão de mundo e filosofia social em Keynes

⁴ De acordo com Belluzzo (2021), Keynes foi um autor que pensou a sua filosofia social antes mesmo da elaboração do seu arcabouço teórico.

Na sua obra mais conhecida, *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, Keynes elaborou o arcabouço teórico que serviria de base para orientar a política econômica buscando resolver o que considerava serem os dois principais problemas da sociedade capitalista, quais sejam: o desemprego e a excessiva concentração de renda.

“Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (Keynes, 1983, p. 341).

Para além do instrumental teórico e analítico, Keynes faz uma reflexão, no capítulo 24 sobre sua filosofia social. Para ele, a resolução do problema econômico traria um futuro em que a escassez de capital teria fim e o investidor sem função desapareceria. Sendo assim, o capitalismo individualista perderia a vez em nome de um sistema econômico sem miséria econômica e com condições dignas de existência. Nesse contexto, o *laissez-faire*, o padrão ouro e o regime ortodoxo teriam o seu fim anunciado e a teoria de Keynes possibilitaria a superação da estrutura econômica desenvolvida por meio da economia clássica (Keynes, 1983).

A sociedade ideal, derivada de sua filosofia social, consistiria em uma economia que se encontra em pleno emprego e com prosperidade cumulativa. Para Sicsú (2021), Keynes desenvolveu a sua utopia antes do desenvolvimento de sua teoria econômica. Na sua sociedade ideal, as pessoas teriam uma reduzida jornada de trabalho e todas as necessidades materiais seriam satisfeitas. Além disso, a preocupação da humanidade passaria a ser aos prazeres da vida, a poesia, a música, e as demais expressões da arte (Sicsú, 2021).

No seu famoso ensaio “*As possibilidades econômicas de nossos netos* (1930)”, pode ser encontrada a essência da filosofia social de Keynes e a sociedade que dela deriva. Mas, afinal, qual seria a métrica ideal de progresso para uma sociedade? Além disso, qual as possibilidades para as próximas gerações, em sua vida econômica? Keynes destaca dois motivos para o atraso do progresso e/ou a sua ausência, quais sejam: a dificuldade em acumular capital e a inexistência de melhoramento técnico (Keynes, 1930).

Keynes indica que há dois tipos de necessidades, a saber: absolutas e relativas. As absolutas dizem respeito ao que sentimentos independente da relação com os outros, vão ser as necessidades básicas para a sobrevivência e o bem-estar, como saúde e alimentação. Já as relativas aparecem na comparação com o padrão de vida de outro, são bens/serviços que atribuem superioridade e prestígio social. O autor acreditava que, no futuro, apesar das necessidades relativas não conseguirem ser saciadas, estas são as que quando satisfeitas torna o indivíduo “superior” ao outro, por outro lado, as necessidades absolutas terão sido

satisfeitas tendo em vista que elas consistem em demandas que o indivíduo sente a necessidade, independente de qual seja a relação do indivíduo com o outro (Keynes, 1930). No entanto, Minsky (2011) explicitou que, após a Segunda Guerra Mundial, as necessidades absolutas se encontraram saciadas, mas as necessidades relativas demandam cada vez mais capital, e podem ser mais intensivas em capital do que as necessidades absolutas tradicionais, o capital continua escasso e exige um elevado retorno positivo (Minsky, 2011, p. 187).

A busca incessante por bens e serviços que conferem status social e a preocupação com o futuro das ações, em detrimento da qualidade das ações presentes, demonstram a persistência de um desejo insaciável que mantém o capital escasso e exigindo retornos cada vez maiores. Assim, essa dinâmica, longe de aproximar a humanidade da utopia keynesiana, parece aprofundar a dependência em relação à acumulação de riqueza e o amor ao dinheiro.

3. Desenvolvimento para Keynes de modo qualitativo

Na ciência econômica, o conceito de desenvolvimento é palco de muitos debates, desde os pioneiros do desenvolvimentismo como Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Celso Furtado e Hans Singer (Cardoso, 2018), o último sendo influenciado diretamente pelas ideias de Keynes. No que tange a matéria do desenvolvimento, é possível ressaltar a importância de Keynes, já que grande parte dos modelos de desenvolvimento possuem a *Teoria Geral* como parte de seus pressupostos e a instituição do Estado realizando políticas contracíclicas na economia no centro das ideias (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Embora a discussão sobre desenvolvimento econômico tenha ganhado contorno e força após os anos 1950, portanto, após a morte de Keynes, é possível encontrar nos seus escritos características que permitem uma qualificação do que seria uma sociedade desenvolvida. Ferrari Filho, Terra e Fonseca (2021), buscaram definir o conceito de desenvolvimento em Keynes com base em alguns trabalhos selecionados em que o autor apresenta sua sociedade ideal.

Segundo Terra, Ferrari Filho e Fonseca (2021), Keynes observa o Estado como uma instituição de ação coletiva, realizando políticas econômicas e coordenando a estrutura social em busca de uma sociedade dentro dos moldes da sua filosofia social. Importante destacar como as instituições são importantes para o desenvolvimento econômico por serem regras que coordenam e direcionam o desenvolvimento econômico. As instituições podem ser

observadas como mediadoras de conflitos na estrutura, buscando atenuar as desigualdades econômicas por meio do Estado (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

O desenvolvimento econômico em Keynes vai garantir pleno emprego, crescimento econômico sustentável e distribuição justa de renda. Essa situação é alcançada por meio do Estado, instituição que concilia a vontade democrática e o poder tecnocrata, e do planejamento econômico (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Keynes propôs, em seus escritos, uma agenda de políticas econômicas que deveriam ser realizadas para alcançar a sociedade ideal, em que as pessoas se preocupassem menos com questões de ordem econômica, e pudessem dedicar os seus esforços com a cultura e contemplassem os lírios do campo (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021). O Estado seria o responsável por corrigir as falhas inerentes ao sistema capitalista; caberia a ele compreender as falhas de mercado e desenvolver mecanismos e criar políticas que corrigissem as contradições do capitalismo (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Uma sociedade teria atingido o desenvolvimento quando os problemas de origem econômica, como desemprego, distribuição de renda e riqueza desiguais, fome, recursos desperdiçados, inexistissem ou fossem pouco significativos. Após superar esses entraves presentes no capitalismo, surgiria um novo sistema, um novo *status quo*, que traria a noção de desenvolvimento keynesiano (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Nesse estágio, ocorreriam mudanças institucionais e não haveria mais o amor ao dinheiro. Nessa sociedade ideal, as pessoas se preocupariam em como se ocupar com o lazer e viver bem seria a prioridade. Com base na agenda de Estado desenvolvida por Keynes se obteria uma mudança nos códigos morais para se ter o amor à vida, ao invés do amor ao dinheiro. Assim, um capitalismo regulamentado levaria a economia aos trilhos do desenvolvimento (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Desse modo, a Agenda em que Keynes descreve as políticas que deveriam ser adotadas com o objetivo de levar a sociedade em direção ao ideal derivado de sua filosofia social. Essas políticas envolvem, entre outras coisas, distribuição de renda e investimento produtivo, podendo-se destacar a política de rendas com base na taxação dos mais ricos (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021). É importante ressaltar que o planejamento estatal era visto como fundamental para resolver o que Keynes chamou de problema econômico.

Nesse sentido, a política fiscal possuiria dois orçamentos um de conta corrente e outro orçamento de capital. O primeiro seria destinado para financiar os serviços públicos e o segundo para os investimentos públicos de longo prazo. Assim, seria possível alcançar uma taxa ótima de investimento e emprego (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021). O Estado, ator

importante da coordenação e planejamento econômico, deve socializar o investimento tendo um papel ativo na direção e coordenação dos investimentos estimulando a economia, orientando para atender gargalos estratégicos da sociedade que possuam maior necessidade, como infraestrutura, saúde e educação (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

A política monetária, por sua vez, por meio dos seus instrumentos, deveria buscar uma taxa de juros mais baixa para promover a eutanásia do rentista. As políticas econômicas, em conjunto, deveriam ser utilizadas para oferecer aos países ferramentas para perseguir o pleno emprego (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Belluzzo (2021) destaca quatro pontos essenciais para Keynes com o objetivo de conter a instabilidade no capitalismo: a socialização do investimento; a progressividade no sistema fiscal, aliado a um sistema de transferência de renda às camadas com maior propensão a consumir; a eutanásia do rentista; e uma reforma no sistema monetário internacional o tornando público e centralizado (Belluzzo, 2021, p. 99). A agenda de Keynes iria, portanto, focar em ações tecnicamente sociais e não em ações tecnicamente individuais. Percebe-se, nesse sentido, um coletivismo metodológico e não o individualismo metodológico na análise de soluções para a sociedade (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

4. Keynes e o desenvolvimento no Brasil do governo Temer à Bolsonaro

O Brasil se encontra distante da filosofia social de Keynes, especialmente se for considerado o período 2015-2022, quando se verifica uma mudança na orientação da política econômica que se materializa, a partir de 2016, em um reforço das políticas neoliberais. A conjuntura do país mostra como as reformas neoliberais – reforma da previdência, reforma trabalhista e a independência do Banco Central – são indícios importantes da consolidação dessa agenda (Furno; Rossi, 2023).

A reforma trabalhista aprovada no governo Temer (2016-2017), por exemplo, reduziu e flexibilizou os direitos trabalhistas, elevou o grau de terceirização e permitiu uma maior barganha aos capitalistas, o que, além de permitir a ampliação da jornada de trabalho, resultou em uma progressiva redução dos direitos dos trabalhadores (Furno; Rossi, 2023). Surgiram formas de contrato de trabalho prejudiciais aos trabalhadores como, por exemplo, o contrato de trabalho temporário estabelecido com um prazo de rescisão, uma vez que o trabalhador passa a ser contratado sem as garantias anteriores à reforma. Não era essa a realidade que Keynes tinha em mente quando indicou, no texto “*As possibilidades econômicas de nossos netos* (1930)”, que a jornada de trabalho seria progressivamente

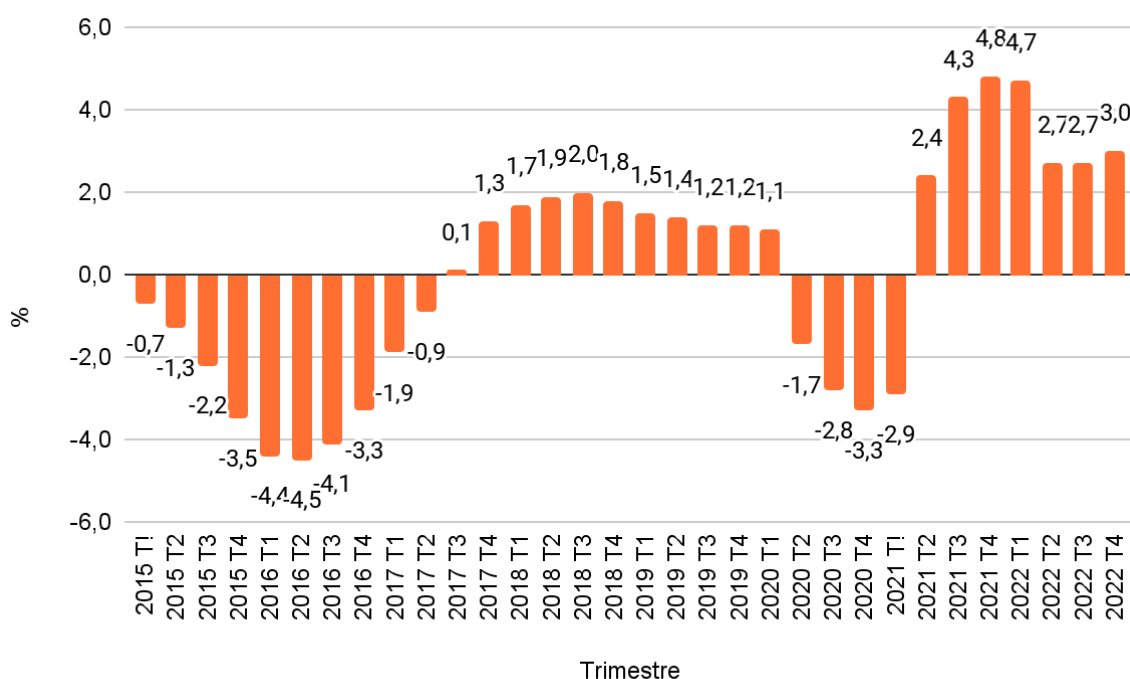
reduzida. A situação dos trabalhadores brasileiros também foi piorada pela reforma da previdência que endureceu os critérios de tempo de contribuição e idade para aposentadoria.

O objetivo da frente neoliberal no Brasil é a continuidade do programa “*Ponte para o Futuro*”, implementado inicialmente no governo Temer e continuado no governo Bolsonaro. Essa agenda visa reduzir a atuação do Estado e, com isso, enfraquecer as políticas de proteção social e reduzir o gasto público, o que compromete a atividade econômica. (Furno; Rossi, 2023). Essa realidade não poderia deixar o Brasil mais distante da sociedade idealizada por Keynes, na qual o Estado assume papel estratégico como responsável pelo planejamento que levaria a economia ao pleno emprego.

4.1. Análise dos dados selecionados (2016-2022)

Com base na ideia de desenvolvimento econômico de Keynes, sumariada por Terra; Ferrari Filho; Fonseca (2021), é possível observar o grau de desenvolvimento no Brasil, entre 2015 e 2022, com base em indicadores que permitem avaliar a qualidade de vida da população e apresentam um cenário a respeito da atividade econômica, renda e riqueza no país. O gráfico 1 traz os dados da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

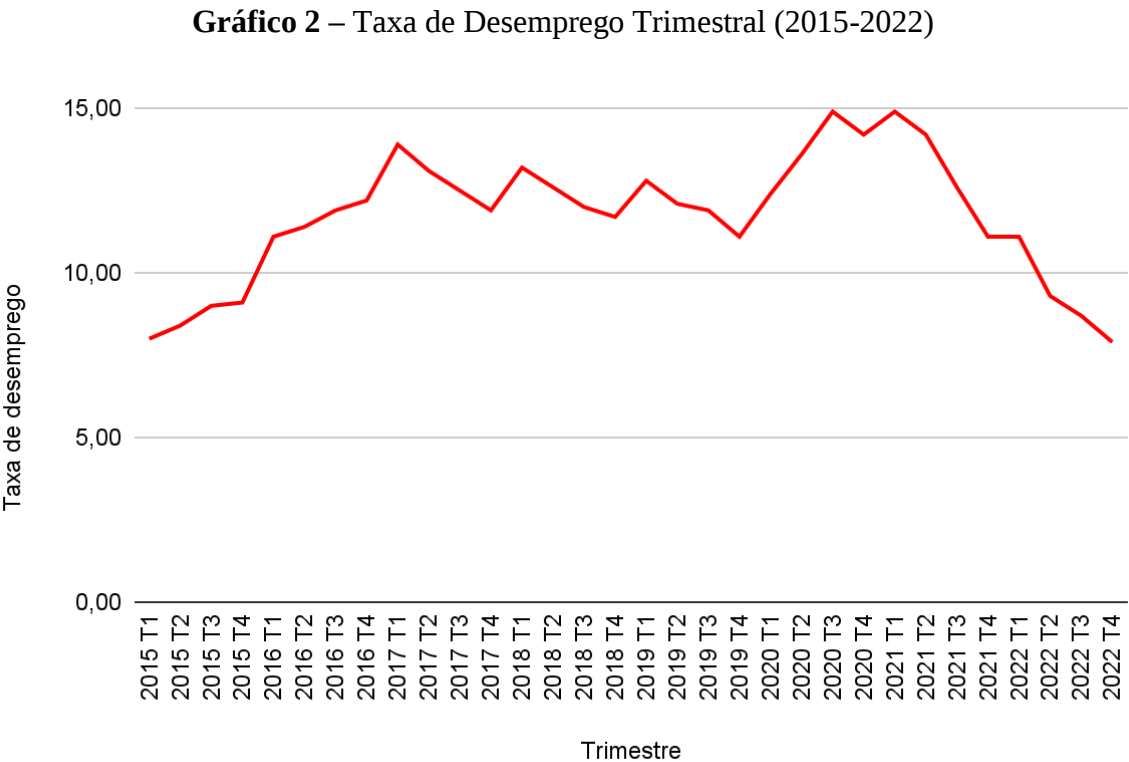
Gráfico 1 – PIB a preços de mercado acumulado em quatro trimestres (2015-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2024).

É possível perceber que o crescimento econômico não se mostrou sustentável, ocorrendo quedas na taxa de crescimento se comparada ao período de referência do ano anterior (IBGE, 2024). Ademais, marcado por uma grande volatilidade na taxa de crescimento, influenciada por diversos fatores, como a crise econômica global de 2015, a redução dos gastos públicos, a pandemia de COVID-19, a redução do investimento público em áreas essenciais o que vai na contramão da socialização do investimento e caracterizando as medidas de austeridade fiscal (Furno; Rossi, 2023).

O gráfico 2 apresenta um panorama da taxa de pessoas que não estavam trabalhando, a taxa de desocupação que leva em conta pessoas com 14 ou mais anos de idade (IPEA, 2024).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADData (IPEA, 2024)

Em 2016, em um contexto de crise da democracia liberal⁵, a taxa de desemprego chegou a patamares superiores a 10%. Na ausência de empregos, parte considerável da população é privada do direito à renda e o problema de origem econômica prejudica o bem-estar da sociedade, assim, Keynes pensou numa sociedade em que problemas como o desemprego não seriam preocupações, havendo pleno emprego na economia.

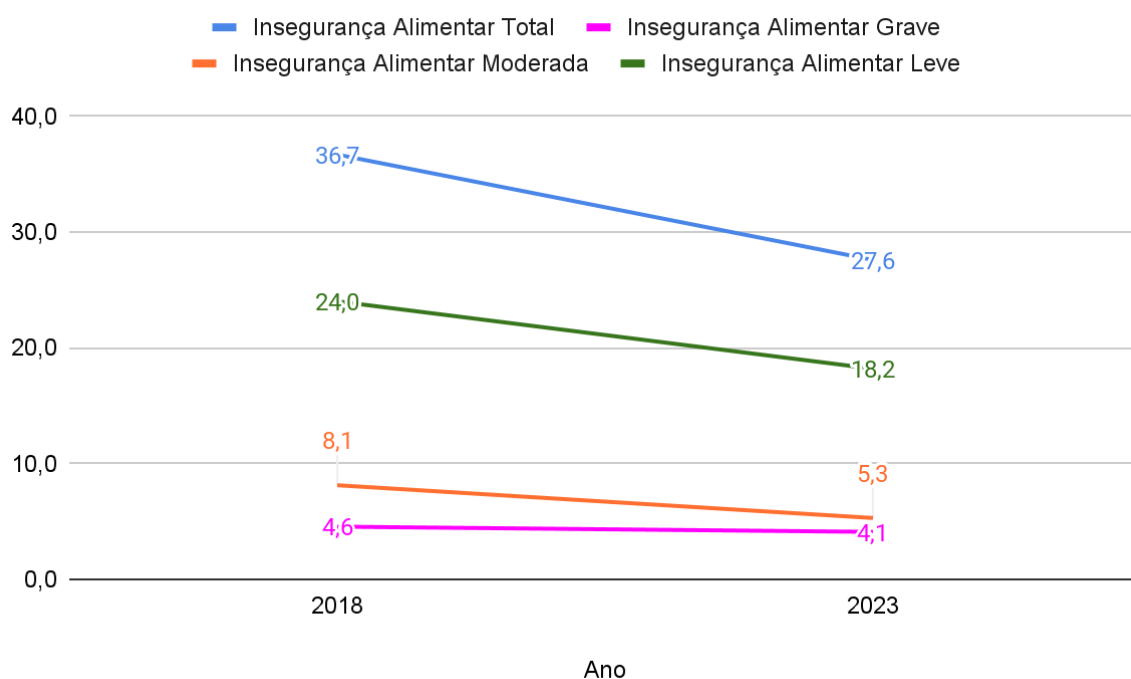
⁵ A crise da democracia liberal entra em crise não necessariamente por meio de golpes militares ou revoluções, a queda das democracias é marcada por um processo gradual de erosão institucional, características frequentes nesse processo são a polarização política, a deslegitimação das instituições, a captura do Estado e a repressão da oposição (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Para compreender a desigualdade no Brasil, serão observados os dados coletados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022. Assim, é possível compreender o quão distante está o Brasil da utopia imaginada por Keynes (IBGE, 2022). Com base nas informações apresentadas será possível traçar uma linha entre o desenvolvimento brasileiro e a sociedade idealizada por Keynes.

De acordo com o Censo de 2022 (IBGE), a população brasileira é composta por 203.080.756 pessoas. No que se refere à educação, o Brasil apresenta 93% da sua população alfabetizada. A taxa de alfabetização indica os indivíduos que sabem ler e escrever; já o analfabetismo exclui uma parcela da população de acessar informações (IBGE, 2022). Em relação ao perfil dos domicílios, 64,69% estão conectados à rede de esgotos, 83,88% são abastecidos pela rede geral de água e A taxa de domicílios que possuem acesso a iluminação elétrica é de 99,7%, o que evidencia que ainda há uma parcela expressiva da sociedade que não tem suas necessidades primárias atendidas.

Ainda falando sobre o atendimento às necessidades primárias, o gráfico 3 apresenta os dados sobre insegurança alimentar.

Gráfico 3 – Insegurança Alimentar (2018-2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADData (IPEA, 2024)

A insegurança alimentar é calculada com base na distribuição percentual dos domicílios, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), expressando o acesso aos alimentos em questão de quantidade e qualidade ideal para consumo. O gráfico 3

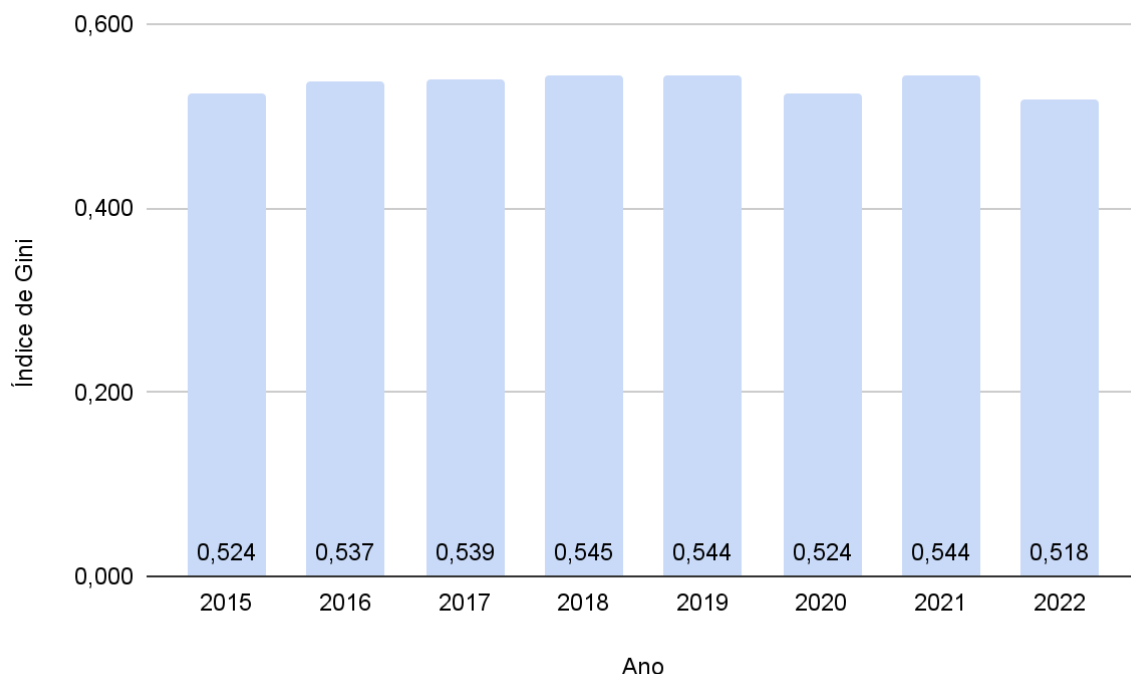
apresenta quatro categorias, quais sejam: a insegurança alimentar total e o recorte em três graus de insuficiência alimentar, leve, moderada e grave (IPEA, 2024). O grau de insegurança alimentar leve foi o que apresentou maior elevação durante a implementação da agenda neoliberal pelo governo Temer, no entanto é possível registrar elevação nas quatro faixas de análise do gráfico.

Além disso, no que se refere a qualidade de vida, a alimentação da população no governo Bolsonaro (2018-2022) sofreu impactos negativos. De acordo com Alpino (2020), houve uma decisão de abrir mão dos estoques públicos regulatórios, o que resultou no desmonte não apenas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mas também das políticas e programas que eram fundamentais para garantir a segurança alimentar no Brasil. Essas políticas exerciam um papel essencial na garantia do acesso à alimentação, uma necessidade absoluta essencial para a sobrevivência e o bem estar da sociedade.

Nesse contexto, ocorre uma crise de escassez de alimentos e alta pobreza que, em 2021, levou metade da população brasileira a experimentar algum grau de insegurança alimentar e 33 milhões de pessoas em estado de fome crônica, ou seja, insegurança alimentar grave (Oxfam, Rede Penssam; 2021). Outrossim, os anos de 2020 e 2022 representaram pausas no caos mencionado antes. Em 2020, primeiro ano da pandemia do COVID-19, a sociedade civil e a oposição forçaram o governo a adotar medidas, como o auxílio emergencial, que reduziram, ainda que temporariamente, a insegurança alimentar e a pobreza no Brasil. Já em 2022, as mudanças ocorres em razão do pragmatismo eleitoral que marcou a estratégia eleitoral de Bolsonaro, lutando pelo mandato de reeleição (Oxfam, Rede Penssam; 2021).

Como mencionado anteriormente, Keynes acreditava que os dois principais problemas do capitalismo eram o desemprego e a excessiva concentração de renda. Nesse particular, o Brasil não poderia estar mais distante da Nova Jerusalém. O gráfico 4 traz os dados sobre concentração de renda.

Gráfico 4 – Índice de Gini (2015-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADData (IPEA, 2024)

Apesar de Keynes não ser um defensor da igualdade de renda no sentido literal, as suas ideias indicam que a concentração de renda reduz o consumo e a demanda na economia, afetando a estabilidade e o crescimento econômico. Em 2022, os 50 primeiros centis de renda, somados, correspondem a 14,4% da renda total, enquanto os 10 centis superiores somam 51,5% da renda total, expressando uma considerável concentração e desigualdade de renda (Secretaria de Política Econômica, 2023). A crescente desigualdade na distribuição de renda, no Brasil, pode ser expressa através do indicador conhecido como Índice de Gini, que é calculado com base na renda domiciliar per capita. Existe uma crescente desigualdade de renda no Brasil, como pode ser visto no gráfico 4. A desigualdade de renda aumenta constantemente nos anos iniciais da série, só havendo um ponto de inflexão na pandemia devido às políticas assistencialistas, como o Auxílio Brasil, que tiveram como consequência a redistribuição de renda.

Em 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC-T) indica que o estrato composto pelos 0,1% mais ricos obteve 2,5% da renda total. Já os dados do IRPF do mesmo período demonstram que o mesmo estrato deteve 11,9% da renda total. Além disso, a metade da população pertencente ao estrato de menor renda obteve 18,5% da renda total; já nos dados do IRPF indicou 14,4% (Secretaria de Política Econômica, 2023).

Essa diferença pode ser compreendida devido a metodologia adotada e o padrão de base da dados das pesquisas. A PNADC-T engloba os rendimentos advindos do trabalho; já o IRPF se refere a toda a renda auferida pelo contribuinte no ano de 2022. Isso explica como a renda obtida através do trabalho tem importância menor nos estratos ricos da população, enquanto as camadas mais pobres dependem em maior proporção do trabalho, havendo uma desigualdade de renda significativa no Brasil (Secretaria de Política Econômica, 2023).

A alíquota efetiva do IRPF em 2022 foi zero nos centis com menor renda e foi se elevando progressivamente até o ponto de inflexão. Esse ponto é o centil 93 que pagou 11,0% da renda tributável e isenta do IRPF. Porém, a alíquota efetiva passa a cair e atinge 4,2% no centil 100, sendo regressivo o IRPF no topo da distribuição de renda para os 6% mais ricos do Brasil (Secretaria de Política Econômica, 2023). A parcela da população pertencente ao 1% mais rico pagou, em 2022, uma alíquota muito semelhante a paga pelos declarantes próximos do centil 60, enquanto a parcela composta pelos 0,01% mais ricos pagou quase a mesma alíquota efetiva de 1,76% do IRPF paga pela parcela da população que se encontrava no centil 44 (Secretaria de Política Econômica, 2023). É possível perceber um abismo entre a distribuição de renda no Brasil e a distribuição imaginada na sociedade keynesiana, havendo alta concentração de renda nos centis mais elevado e uma redução da renda nos centis mais baixos.

Nesse mesmo relatório da Secretaria de Política Econômica (2023) é analisado a concentração de riqueza, o cálculo da riqueza considera a soma de Bens e Direitos declarados subtraída de Dívida e Ônus. Em 2022, os 10 centis superiores concentram 58,6% da riqueza nacional; a concentração de riqueza é ainda mais elevada nos 5 centis superiores que detém 49,8%, e o centil 100 possui 32,2% da riqueza nacional (Secretaria de Política Econômica, 2023).

5. Conclusão

O Brasil não se encontra perto da sociedade idealizada por John Maynard Keynes (1930), na qual as preocupações de caráter econômico desapareceriam. Ao contrário, as preocupações dessa natureza se tornam urgentes no país, e o estado de desenvolvimento econômico atingido pelo país é muito aquém do esperado, mas está em consonância com as políticas econômicas adotadas no período 2015-2022. A intensificação da agenda neoliberal por meio de reformas realizadas no país, desde o governo Temer, obteve êxito em destruir a camada de proteção social existente (Furno e Rossi, 2023).

Os indicadores socioeconômicos explorados corroboram a hipótese de que a agenda de políticas keynesianas se torna necessária, em um contexto de desigualdade de renda e riqueza que pode ser contornada, entre outras medidas, com uma reforma tributária progressiva. A insegurança alimentar e as condições de moradia e educação, por exemplo, possuem o investimento público, a transferência de renda e o planejamento estatal, conforme indicado por Keynes, como instrumentos aliados na garantia da qualidade de vida (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

A transição do país de um receituário neoliberal para um conjunto de políticas de bem-estar social, conforme pensadas por Keynes, poderia tornar o coletivismo metodológico predominante na solução de problemas da economia e da sociedade brasileira. Com isso, talvez fosse possível, se não chegar na Nova Jerusalém, mas, dadas as possibilidades e limitações para um país subdesenvolvidos, aproximar o Brasil de uma sociedade mais justa, igualitária e economicamente eficiente, na qual a população não precisaria se preocupar com a garantia das condições básicas de existência (Terra; Ferrari Filho; Fonseca, 2021).

Referências

ALPINO, Tais de Moura Ariza; et al. **COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00161320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>

BELLUZO, Luiz Gonzaga. **O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo**. 2. ed. São Paulo; Editora Contracorrente, 2021.

CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. **Economia para transformação social**: pequeno manual para mudar o mundo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das Cidades do IBGE**, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 5932 - **Taxa de variação do índice de volume trimestral.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Domicílios com insegurança alimentar (IBGE/PNAD Contínua), 2004-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Domicílios com insegurança alimentar grave (IBGE/PNAD Contínua), 2004-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Domicílios com insegurança alimentar leve (IBGE/PNAD Contínua), 2004-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Domicílios com insegurança alimentar moderada (IBGE/PNAD Contínua), 2004-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Índice de Gini (Pnad Contínua/A), Trimestral 2012-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Taxa de desemprego (IBGE/Pnad Contínua), Trimestral 2012-2023.* IpeaData: Banco de dados. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. **Economia para a transformação social: Pequeno manual para mudar o mundo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos (1930). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **Keynes: Economia.** São Paulo: ÁTICA, 1978. cap. 13, p. 189-196.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OXFAM. **O Vírus da Fome se Multiplica:** Uma Receita Mortal Misturando Conflitos Armados, Covid-19 e Crise Climática Acelera a Fome no Mundo. Relatório da OXFAM, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/#:~:text=Um%20ano%20e%20meio%20depois,insegurança%20alimentar%20em%20diversos%20países>. Acesso em: 6 dez. 2023.

PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar**, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SECRETARIA DE POLÍTICA DE ECONÔMICA. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: Dados do IRPF 2021 e 2022. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2023/relatorio-irpf.pdf/view>. Acesso em: 8 set. 2024.

SICSÚ, João. Keynes, um estrategista do planejamento e de uma nova sociedade. In: MARINGONI, Gilberto (org.). **A volta do Estado planejador**: neoliberalismo em xeque. São Paulo: Contracorrente, 2021. cap. XIX, p. 449-468.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes on State and Economic Development. **Review of Political Economy**, v. 33, p. 88-102, 2021. DOI <https://doi.org/10.1080/09538259.2020.1823072>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09538259.2020.1823072?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 14 fev. 2024.